

Afrânio de Melo Franco

Daniele Cavaliere  
Brando  
Ana Lúcia Merege

## Arquivos privados na Biblioteca Nacional

A guarda, pela Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, da Coleção Afrânio de Melo Franco, formada por documentos particulares legados pelo político mineiro, incita o debate sobre a conceituação dos acervos dessa natureza, cujo caráter errático não impede, entretanto, o reconhecimento de sua indiscutível importância.

> Este artigo trata da importância dos arquivos privados existentes na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Inicialmente, trabalharemos o conceito de arquivos privados pessoais, discutindo suas diferentes definições. Desenvolveremos esse trabalho através da análise comparativa entre as perspectivas de três países – Espanha, Estados Unidos e França –, fazendo uma analogia das posições dominantes em cada um deles com a realidade arquivística brasileira. A partir de então, destacaremos as temáticas predominantes em torno das definições de arquivos privados, como são trabalhadas por alguns autores. Por fim, discorreremos sobre os arquivos sob a guarda da Biblioteca Nacional, e, dentre eles, um em especial: a Coleção Afrânio de Melo Franco, uma das mais destacadas figuras da política e da diplomacia do Brasil na década de 1930.

### O conceito de arquivo privado

A análise da literatura mostrou que existem várias formas de nomear esse conceito, dentre elas, arquivo pessoal e arquivo privado pessoal.<sup>1</sup> Considera-se relevante apresentar o surgimento desse conceito no contexto da arquivologia, que, por ser uma disciplina que se desenvolveu com base na necessidade de organizar documentos oficiais, não possuía definição específica para os arquivos produzidos por pessoas físicas. Hoje, esse conceito tem mais aceitação, embora se verifiquem divergências em seu uso.

Dando início à revisão da literatura, recorreremos ao *Manual de arquivistas holandeses*<sup>2</sup> e podemos verificar que nele não se considera a questão dos arquivos privados e, menos ainda, a de arquivos privados pessoais. Por outro lado, o *Dictionary of archival terminology 3 (DAT 3)* nos oferece a seguinte definição para arquivo:

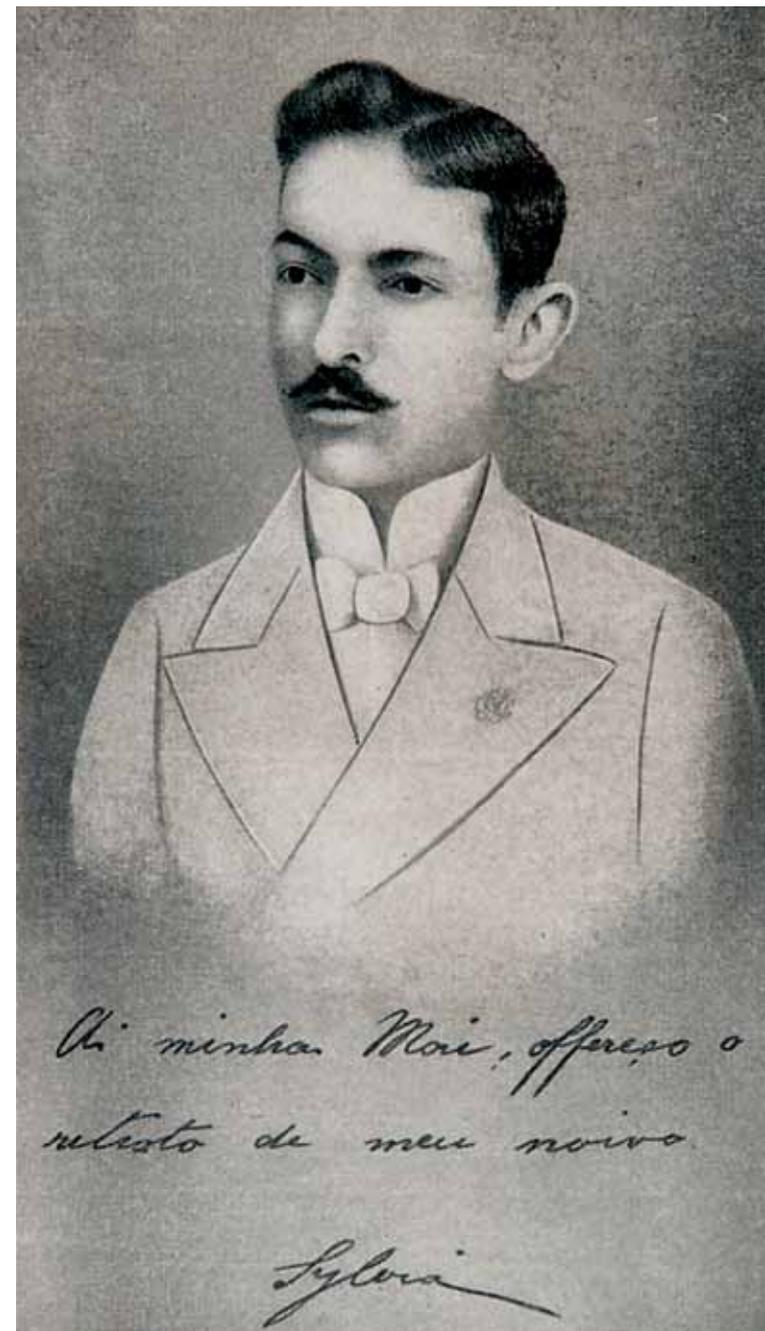
- 1) Os documentos criados ou recebidos e acumulados por uma pessoa ou organização, no decurso da condução dos assuntos, e preservada por causa do seu valor contínuo;
- 2) O edifício ou parte de um edifício no qual *arquivos* (1) sejam preservados e tornados disponíveis para consulta; também referida como um repositório de arquivamento;
- 3) A agência ou programa responsável por selecionar, adquirir, preservar, e disponibilizar *arquivos* (1); também referida como uma agência arquivística, instituição arquivística, ou programa arquivístico.<sup>3</sup>

Vejam agora a definição do mesmo termo no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Dibrate)*:

- 1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.
- 2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos.
- 3) Instalações onde funcionam arquivos (2).
- 4) Móvel destinado à guarda de documento.<sup>4</sup>

Percebe-se a presença dos documentos de natureza privada nas duas definições e o cuidado em abordar a natureza individual ou familiar desses documentos. Recorrendo à definição de arquivos pessoais no *DAT 3*, encontramos: "Arquivos pessoais – Documentos privados acumulados ou pertencentes a um indivíduo e sujeitos à sua eliminação".<sup>5</sup>

De acordo com o *Dibrate*, os arquivos pessoais são aqueles que dizem respeito à pessoa física. O conceito



Afrânio de Melo Franco à época de seu casamento, em 1893. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República – Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. v. 1.



Afrânio de Melo Franco e sua esposa, Sílvia, com os filhos, na varanda de sua residência em Belo Horizonte, c. 1906. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República – Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. v. 2.

de arquivos privados é: “Arquivo (1) de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular”.<sup>6</sup> Essas definições provieram de amplos debates na área da arquivologia, com relação aos conceitos de arquivos privados de pessoas.

### A escola francesa

Na França, a partir de 1949, a documentação privada passou a constituir duas séries especiais, *AP (Archives Privées)* e *AQ (Archives Économiques)*, a primeira destinada a receber documentos de famílias ou pessoas, com caráter político, literário e científico, e a segunda para estabelecimentos bancários, industriais e comerciais, constituindo-se separadamente em relação ao restante do acervo.<sup>7</sup>

Há divisões nos arquivos familiares e pessoais, nos quais os chamados “arquivos puramente familiares” são constituídos por documentos relativos à família, enquanto os arquivos pessoais se compõem de documentos relacionados particularmente a um indivíduo. No manual francês, podem-se encontrar definições específicas para cada tipo de documentação de caráter privado. Os “arquivos domésticos” encontram-se em todas as famílias e, em alguns casos, são os únicos documentos de que se pode esperar futura recuperação. Os “arquivos senhoriais” são constituídos de grupos importantes de documentos das famílias nobres. Dividem-se em documentos senhoriais e feudais. Os “arquivos dominiais” são compostos por títulos de propriedades e documentos notariais, entre outros.

A próxima divisão encontra-se nos “documentos de função”, ou seja, provenientes do exercício de alguma atividade funcionalmente específica. Essas funções

podem ser puramente privadas (sendo os documentos relativos a elas considerados privados), eclesiásticas, públicas ou oficiais. Ao trabalhar com esses tipos de acervo, o documentalista/arquivista pode encontrar dificuldades e até mesmo ter receio em misturar documentos de natureza pública e privada, fato que pode ocorrer quando o indivíduo leva para o campo privado documentos de natureza pública. A divisão final se encontra nos “documentos científicos e literários”, por exemplo, os originais de livros ou estudos acadêmicos, e, frequentemente, nos arquivos de família.

Percebe-se que na França há uma evidente preocupação com a definição de arquivos privados, tendo-se criado e organizado divisões possíveis dentro de suas definições e se expressado os tipos documentais que compõem cada tipo de fundo. A criação de uma série para arquivos privados em 1949 é uma prova desse pensamento. A preocupação com a salvaguarda de tais documentos, por meio de instrumentos legais, e o destaque conferido a eles para a história revelam a importância dos arquivos privados para os franceses.

### Diversidade de perspectivas

Os Estados Unidos compreendem de forma diferente o trabalho arquivístico, o que pode trazer uma confrontação com as tradições arquivísticas da França, Espanha e Brasil. Naquele país, o trabalho é desenvolvido em duas linhas principais, a dos *records management*, voltada para os arquivos correntes e intermediários, e a dos *archives*, voltada para os arquivos permanentes. Ainda que hoje se verifique entre eles uma nova forma de pensar os arquivos privados, muito mais próxima da visão francesa, que predominou inclusive no Brasil, tradicionalmente os norte-americanos utilizam a categoria de *record groups*

para nomear as unidades de arquivo, em detrimento da noção francesa de fundo. Schelleberg nos dá indicações de como, nessa perspectiva, são definidos e tratados os arquivos pessoais nos Estados Unidos:

O termo papéis privados inclui material cartográfico e em forma de texto impresso, manuscrito ou datilografado. Tanto inclui material que se origina de uma pessoa quanto de uma entidade [...] As coleções de papéis privados dividem-se em dois tipos que podem ser diferenciados pela maneira pela qual eles vieram a existir. São: a) coleções naturais ou orgânicas, e b) coleções artificiais.<sup>8</sup>

Podemos observar que, nessa visão, os documentos produzidos por pessoas ou famílias em âmbito privado não constituíam, por muito tempo, um fundo arquivístico nos Estados Unidos. Não eram nem mesmo chamados de “arquivo”, mas sim de coleções, e os documentos privados pessoais constituíam coleções de manuscritos. É fato, entretanto, que tal situação vem rapidamente mudando nos últimos anos.

Na Espanha, observamos uma tendência a não considerar os arquivos pessoais como fundos, mas sim como coleções. Segundo Antonia Heredia Herrera

Na maioria estão constituídos [os arquivos pessoais] por documentos soltos formando uma coleção. Até mesmo séries habituais, como pode ser a correspondência, encontram dificuldades sérias, uma vez que muitas das cartas estão integradas em dossiês sobre algum acontecimento e seria equivocado retirá-las de seu contexto. No momento da organização não podemos partir do princípio da procedência, como se se tratasse de uma instituição com funções e atividades definidas. Aí se considera a

coleção em que a ordem cronológica passa a ser a regra para um mínimo de sistematização.

Do ponto de vista da produção acadêmica sobre o tema, no Brasil, pode-se destacar a definição de arquivos pessoais defendida por Heloisa Liberalli Bellotto:

[...] pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de agir, pensar, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou, ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.<sup>9</sup>

Essa breve apresentação demonstra como o conceito de arquivos pessoais é tratado de diferentes maneiras. Para os fins deste trabalho, adotaremos a posição de Heloisa Bellotto, não apenas por considerá-la a mais completa, passível de fornecer respostas aos questionamentos iniciais do documentalista/arquivista, como também por se adequar à natureza particular de nosso objeto: os arquivos pessoais existentes na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

### Acervos “invisíveis”

Muitos pesquisadores se declaram surpresos ao saber da existência de arquivos privados numa instituição como a Biblioteca Nacional, onde julgavam haver

apenas documentação proveniente da administração pública e/ou órgãos públicos. De fato, grande parte dos acervos sob a guarda da Biblioteca provém de órgãos administrativos, como a Casa dos Contos e os ministérios do Império. No entanto, além dessas coleções, a instituição abriga várias outras, a começar por aquela que lhe deu origem, pertencente à família real portuguesa.

Em 29 de outubro de 1810 – data que passou a ser considerada a de fundação, ou “aniversário”, da Biblioteca Nacional do Brasil –, o príncipe regente dom João determinou que a Real Biblioteca, até então alojada no andar superior da Ordem Terceira do Carmo, fosse transferida para uma nova edificação. As obras começaram naquele mesmo ano, durante o qual a consulta ao acervo da biblioteca foi também franqueada a estudiosos mediante consentimento régio. Em 1814, após a transferência do acervo para o novo endereço – um sítio na mesma rua, que anteriormente servira de catacumba para os religiosos da Ordem do Carmo –, a consulta passou a ser foi franqueada ao público.

O acervo cresceu muito a partir daí, tanto através de compras e doações como das “propinas”, isto é, a entrega obrigatória à biblioteca de um exemplar de tudo que se imprimisse em Portugal e na Imprensa Régia do Brasil. A deliberação relativa às propinas foi sendo modificada ao longo do tempo, culminando no decreto de depósito legal, datado de 1907 e ainda em vigor.

O crescimento do acervo e sua disponibilização para o público foram, sem dúvida, fatores que contribuíram, senão para o surgimento, ao menos para o desenvolvimento de uma elite intelectual, para a qual a Biblioteca Nacional era ao mesmo tempo uma fonte de consulta e um ponto de reunião. Seus diretores e até mesmo funcionários foram muitas

vezes pessoas intimamente ligadas à vida literária, acadêmica e cultural do país. Capistrano de Abreu, Raul Pompéia, Ramiz Galvão, Darcy Damasceno, Plínio Doyle e Celso Cunha são apenas alguns dos escritores e pesquisadores que figuraram no corpo funcional.

A lista se torna muito mais extensa se forem incluídos os utentes, como Machado de Assis, nome frequente nos livros de consulta, e Lima Barreto, cujo arquivo pessoal, incluindo originais e correspondência, se encontra sob a guarda da instituição. A esses nomes se somam centenas de outros que obtiveram destaque tanto na literatura quanto em outros campos como as artes e a política – e não é de se estranhar que alguns deles, leitores recorrentes da Biblioteca Nacional, tenham doado a ela seus acervos particulares. Alguns foram doados não pelos titulares, mas por suas famílias, talvez por saber da ligação entre seu ente querido e a biblioteca, mas talvez, possivelmente, por achar que esta seria um lugar de fácil acesso e que um acervo aí localizado beneficiaria um maior número de pesquisadores. Vale lembrar que a compra, modalidade pela qual várias coleções privadas foram incorporadas à Biblioteca Nacional, deixou de ser praticada: as coleções que chegaram à instituição nas últimas décadas foram todas doadas pelos titulares ou por seus herdeiros.

Não obstante o interesse da administração da Biblioteca Nacional em difundir seu acervo, o grande volume de documentos recebidos pela instituição não permitiu que todos eles fossem imediatamente disponibilizados para o público. Uma prática corrente era proceder a uma descrição superficial dos itens a fim de permitir o acesso, sem, contudo, produzir um instrumento de pesquisa mais detalhado. Com o passar do tempo, alguns desses documentos foram revisitados pelos funcionários e submetidos a uma nova leitura, o que resultou em descrições mais exatas e,

frequentemente, em mudanças no arranjo das coleções. Entre os arquivos privados recentemente descritos ou redescobertos podemos destacar os do Morgado de Mateus, Artur Ramos, Nelson Werneck Sodré, Nunes Pereira e Mário Barreto, os quais, disponíveis por meio de catálogos impressos e digitais, vêm sendo cada vez mais procurados por estudiosos de várias áreas do conhecimento.

### Presença dos mineiros

Alguns dos arquivos privados da Biblioteca Nacional são provenientes de Minas Gerais ou têm como titulares indivíduos nascidos naquele Estado. Coleções como a de Lafayette Cortes<sup>10</sup> – educador que fundou o famoso Instituto Lafayette, hoje integrante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro –, a do procurador Augusto de Lima Júnior,<sup>11</sup> com cerca de 800 documentos, e a de Batista Caetano,<sup>12</sup> estudioso das culturas indígenas, fazem referência a nomes, fatos, movimentos, enfim, a elementos cruciais para o estudo da história brasileira em toda a sua complexidade. Outras, por sua vez, se constituem em fontes para o estudo da literatura, como a de Agnes Guimarães Rosa, composta por cartas de seu pai – João Guimarães Rosa (1908-1967), autor do emblemático *Grande Sertão: Veredas* –, e a coleção doada à Biblioteca Nacional por seu ex-diretor Affonso Romano de Sant’Anna,<sup>13</sup> que reúne notas, poemas e correspondência com escritores e jornalistas contemporâneos.

De grande interesse para o estudo do Império é a Coleção Nogueira da Gama, cujo titular, Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama (1802-1897), serviu como alferes na Guarda de Honra do futuro d. Pedro I, quando da sua primeira visita a Minas Gerais. Com cerca de 300 itens, a coleção, comprada em 1944 de Ana Romana Calmon da Gama, reúne cartas de

membros da família imperial, bem como decretos, provisões e outros documentos oficiais. Curiosamente, o acervo não contempla as atividades de Nogueira da Gama no exercício de suas funções como presidente da Câmara de Ouro Preto e deputado-geral por Minas Gerais, cargo que exerceu entre 1843 e 1844; as poucas menções feitas à província se referem a movimentos revoltosos.

### Um estadista da República

Dentre todos os arquivos privados acumulados por mineiros que se encontram na Biblioteca Nacional, destaca-se a Coleção Melo Franco. Seu titular, Afrânio de Melo Franco,<sup>14</sup> iniciou sua vida pública em 1890, quando, ainda estudante de direito, foi nomeado promotor interino em Ouro Preto. Em 1892, na mesma cidade, participou da fundação da Faculdade de Direito de Minas Gerais, vindo mais tarde a exercer outros cargos públicos no Estado. Sua carreira diplomática, que conheceria várias fases distintas, teve início em 1896, quando foi designado para o posto de secretário da legação do Brasil em Montevidéu, no Uruguai. De volta ao Brasil, estabeleceu-se como advogado em Belo Horizonte, então transformada na capital de Minas Gerais.

A vida política de Melo Franco teve um grande impulso a partir de 1902, quando o presidente eleito de Minas, Francisco Sales, o incluiu na chapa do Partido Republicano Mineiro (PRM), que disputava as eleições para a Câmara Estadual. Eleito, o mandato durou de 1903 a 1905 e possibilitou sua participação na reforma constitucional e legislativa de Minas. Em 1906, Melo Franco foi eleito para a Câmara Federal, onde permaneceu por alguns anos, sempre atuando de forma decisiva em questões ligadas à política estadual e nacional.

Em 1918, depois de ter atuado como representante do Brasil em várias missões diplomáticas, Melo Franco assumiu a Secretaria de Finanças do novo governo de Minas Gerais, chefiado por Arthur Bernardes. Pouco depois, o presidente da República, Rodrigues Alves, nomeou-o para o Ministério de Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou até 1919. Nos anos que se seguiram, alternou períodos de participação na vida política do país com outros em que atuou em missões no exterior, notadamente como embaixador junto à Liga das Nações. Em 1927, de volta ao Brasil, foi reeleito deputado federal pelo PRM e começou a se envolver com a questão da sucessão presidencial de 1930, trabalhando em favor da Aliança Liberal, que, formada pelos governos de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, mais as oposições de outros Estados, apoiava a candidatura de Getúlio Vargas.

A Revolução de 1930 ainda não havia acabado quando Melo Franco foi nomeado ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou até 1933. Nesse período, embora acompanhasse a evolução da política interna – especialmente a de Minas Gerais –, sua atuação esteve voltada para assuntos ligados à sua pasta, em especial a construção de uma rede de relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e outros países. A questão do café, deflagrada pela queda das exportações após a crise de 1929, foi uma das primeiras sobre as quais se debruçou.

Além disso, seus dotes de mediador foram fundamentais para a resolução de conflitos entre outros países, como o Paraguai e a Bolívia – cuja disputa pelo território do Chaco, em 1932, se transformou num grave conflito armado – e a questão de Letícia, que, no mesmo ano, envolveu o Peru e a Colômbia. A atuação de Melo Franco nesse episódio lhe valeu uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz em 1935, além de inúmeras mensagens de apoio e cumprimentos por

parte de diplomatas, correligionários e, não raro, de pessoas que buscavam sua proteção para conseguir emprego, promoções e favores de todo tipo. É dessa época que datam os itens mais interessantes do acervo, uma vez que, por meio da correspondência e de outros documentos diplomáticos, é possível traçar os contornos da história das relações exteriores no Brasil, naquele período crucial que antecedeu a Segunda Guerra Mundial.

Encerrada sua missão no Itamaraty, Melo Franco voltou brevemente a se dedicar à política nacional, participando da comissão legislativa que elaborou a Constituição de Minas de 1935. Dois anos depois, contudo, regressou à posição de representante do Brasil no exterior, notadamente durante a VIII Conferência Pan-Americana, realizada em Lima, em 1938, quando a ameaça da guerra estava a um passo de se tornar realidade. Com a eclosão do conflito, Melo Franco foi sucessivamente presidente da Comissão Interamericana de Neutralidade e, a partir de 1942, da Comissão Jurídica Interamericana, quando finalmente o Brasil rompeu suas relações diplomáticas com os países do Eixo.

Pai do fundador da UDN, Virgílio de Melo Franco, dos diplomatas de carreira Afrânio e Caio de Melo Franco e do deputado e membro da Academia Brasileira de Letras Afonso Arinos de Melo Franco, que viria a ser seu biógrafo, Afrânio de Melo Franco faleceu no primeiro dia do ano de 1943, deixando vários trabalhos publicados e uma preciosa coleção de documentos. Esta foi doada à Biblioteca Nacional em 1956 pela família de Afonso Arinos de Melo Franco.

### O acervo Melo Franco

O acervo compreende o período que vai de meados do século XIX até meados do século XX. Seu volume é de



16 metros lineares (cerca de 24.000 documentos). A exemplo de vários outros arquivos privados adquiridos pela instituição, este foi organizado em grandes séries, passando a ser acessível por meio do catálogo de fichas da Divisão de Manuscritos. A migração desse catálogo para um banco de dados eletrônicos foi o ponto de partida para que se constatassem alguns problemas no arranjo preliminar, bem como a necessidade de descrever mais detalhadamente determinadas séries e documentos. Assim, desde 2005, a Coleção Melo Franco vem sendo reorganizada e atualmente está na fase final de revisão. As etapas da metodologia consistiram em:

1. Arranjo da documentação, com base em pesquisa sobre a vida e atuação dos titulares;
2. Preenchimento de planilha padrão de descrição, contendo dados sobre autor, conteúdo, datas e nome do conjunto documental do qual é oriundo o documento;
3. Controle de vocabulário para indexação temática dos documentos tratados;
4. Elaboração de instrumento de pesquisa.

O conjunto inclui principalmente correspondência, periódicos e documentos que, relativos a uma grande gama de assuntos, foram preliminarmente classificados como “avulsos” – essa será a série que sofrerá maior modificação no que concerne ao arranjo. A correspondência inclui cartas trocadas por Melo Franco no âmbito pessoal e profissional, incluindo um importante conjunto de cartas enviadas ao titular por presidentes brasileiros, entre eles Arthur Bernardes, Washington Luís, Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, Getúlio Vargas, entre outros.

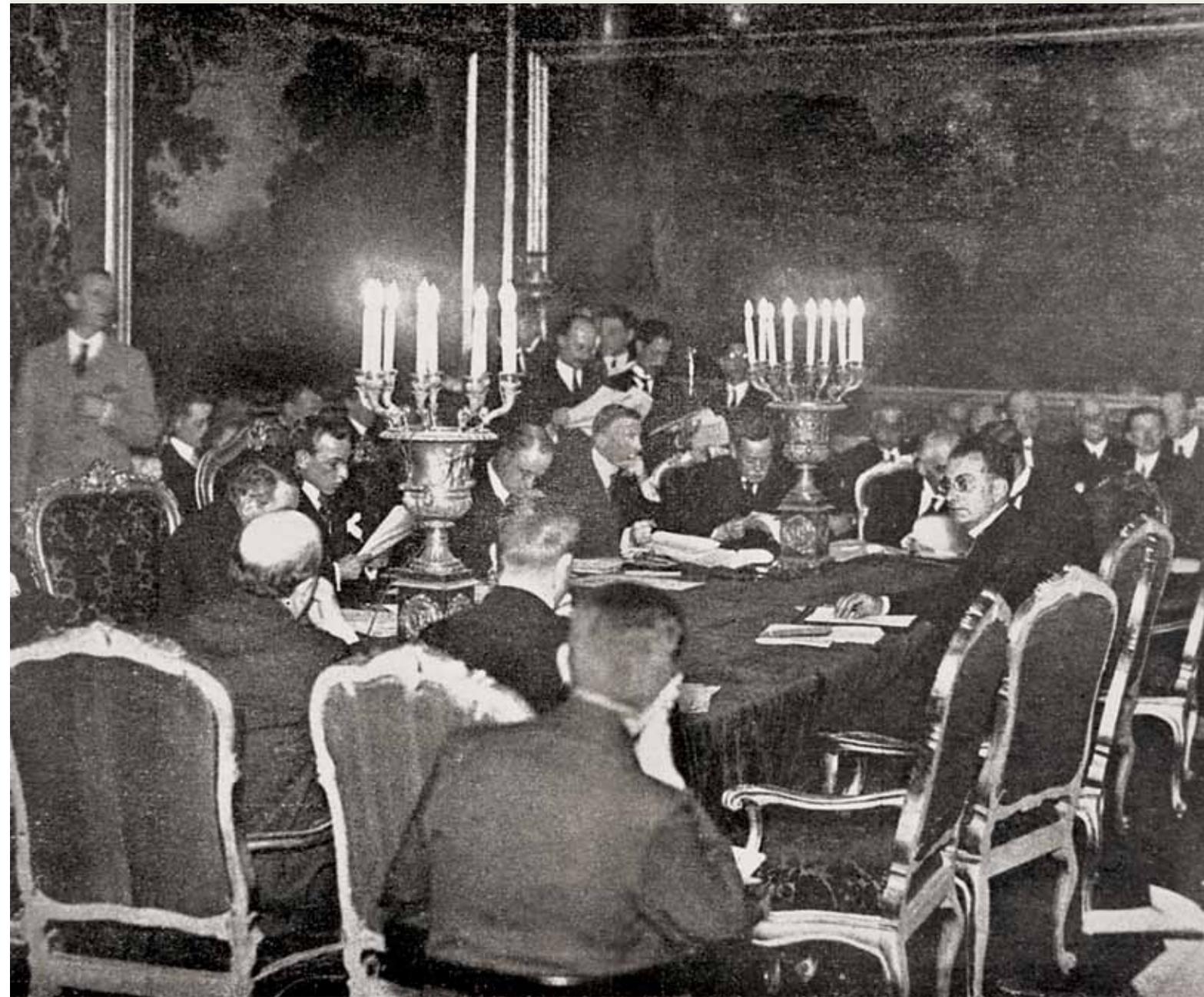
Segundo o conceito formulado por Heloisa Bellotto,<sup>15</sup> que optamos por adotar neste trabalho, a Coleção Melo Franco é um perfeito exemplo de arquivo privado, no

qual se misturam documentos de natureza pública e pessoal. Alguns deles podem ser classificados como pertencentes a um ou a outro grupo – há, por exemplo, um volume considerável de correspondência familiar, que um arranjo preliminar considerou como série –, mas boa parte do acervo é formada por cartas que, dirigidas a Melo Franco na qualidade de homem público, agregam a seu conteúdo informações de caráter privado. É o caso da correspondência a ele enviada por amigos que ocupavam cargos diplomáticos em legações estrangeiras – os quais, ao mesmo tempo que informam sobre assuntos ligados à política externa, transmitem notícias pessoais – e de cartas que evocam relações familiares e antigas ligações políticas a fim de solicitar a proteção do destinatário. Essas cartas provêm, com frequência, de Minas Gerais, onde Afrânio de Melo Franco e seu filho Virgílio eram nomes de grande influência nas décadas de 1920-1930.

#### Revelações documentais

O estudo desses documentos, preliminarmente agrupados na série “correspondência passiva”, é de particular interesse para estudos de natureza política. Neles, torna-se patente a fusão do público e do privado, não apenas no que concerne ao tratamento dado ao acervo – que, embora tenha sido enviado ao gabinete de Melo Franco e passado pelas mãos de seus funcionários, acabou por se integrar à sua coleção pessoal, e não a arquivos ministeriais –, mas também no que se refere ao relacionamento entre o homem de poder e aqueles que dele se aproximam com vistas a obter benefícios, que vão desde cartas de apresentação até a nomeação, pura e simples, para os mais diferentes cargos públicos.

Tal prática era comum e, aparentemente, encarada como natural por Melo Franco, que muitas vezes



Reunião do Conselho da Liga das Nações presidida por Afrânio de Melo Franco. Palácio Doria, Roma, 1925. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República – Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. v. 3.

anotava nas próprias cartas as providências a tomar antes de repassá-las a seu secretário: “Arquivar”, “Mandar, como cópia, ao ministro do Trabalho”, “Dizer ao signatário que, no momento, não é possível atendê-lo, mas que se tomou boa nota do caso”. Algumas vezes, a reação pessoal prevalece sobre a resposta formal dada pelo burocrata. É o caso da nota rabiscada sobre a última das mais de 20 cartas que lhe dirigiram os membros da família do funcionário público Francisco Albernaz, pedindo sucessivamente empregos, promoções e favorecimento de várias formas: “Não responder a Albernaz. *Nenhum* Albernaz”. Melo Franco também se exaspera com a insistência de um pintor em lhe vender, ou ao Ministério do Exterior, um retrato de Tiradentes: “Dizer, *de uma vez por todas*, que não é possível”. Na maior parte das vezes, porém, suas respostas são formais, seguindo um padrão que atesta o hábito de prestar ou negar favores como prerrogativa.

A par dos que a ele recorrem por motivos puramente sentimentais – parentes, velhos amigos, conterrâneos – há também quem peça ajuda a Melo Franco baseando-se no fato de terem estado do mesmo lado em movimentos políticos, notadamente a Revolução de 1930. Nesses casos, é comum que o remetente afirme estar sendo vítima de perseguição ou preterição e apele por justiça, frequentemente sob a forma de uma colocação em um ministério. Alguns se dizem dispostos a colaborar com o ministro e com o novo governo do Brasil assumindo uma função consular – para um estudioso da história diplomática do país, seria interessante procurar esses nomes entre os de membros de legações no exterior.

Talvez mais do que a história política do Brasil e de Minas na década de 1930, a história diplomática da mesma época é o campo de estudos que mais se beneficiará do acervo dessa coleção.

Além das questões já referidas do Chaco e de Leticia, há muitas outras sobre as quais os documentos da Melo Franco podem lançar uma nova luz, como as relações entre o Brasil e a Alemanha no início da década de 1930 – quando, em carta confidencial, um diplomata afirma ter achado Hitler “uma personalidade interessante” –, as mudanças na estrutura do Itamaraty e suas consequências para o corpo diplomático e, ainda, as disputas no interior da Liga das Nações, que acabaram por levar à retirada definitiva do Brasil dessa organização. Para esse assunto, um conjunto documental de grande interesse é a coleção de Boletins da Liga das Nações, anteriormente classificados como Avulsos, mas que, com a nova organização, passarão a ser considerados uma série.

O projeto de reorganização da Coleção Melo Franco prevê, ao seu término, a disponibilização dos seguintes instrumentos de pesquisa: o inventário analítico da coleção – a ser publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* ou em volume independente –, um índice de assuntos e de autoridades e a inserção dos registros em base de dados, permitindo a consulta *on-line* no portal da Biblioteca Nacional.

### Considerações finais

Vimos, com este trabalho, que a Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional abriga arquivos privados de grande interesse. A exemplo da Coleção Melo Franco, que já foi tema de um trabalho publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* por seus organizadores,<sup>16</sup> outras têm sido revisitadas nos últimos anos, e os resultados dessas pesquisas deram origem a artigos, monografias e comunicações. Além disso, serviram como fonte de pesquisa para exposições, textos e material de divulgação voltado para o público em geral.

A difusão desse acervo vem sendo positiva para a Biblioteca Nacional e, de forma mais ampla, para todo o setor da cultura. Contudo, ainda há muito por fazer nesse sentido, inclusive no que se refere aos arquivos privados, cujo material, apesar do uso crescente, está longe de se esgotar. Ao contrário, sua riqueza e complexidade fazem desse acervo um universo ainda a explorar, e que em muito ainda contribuirá para o estudo da história e das ciências sociais no Brasil.

### Notas |

1. O termo utilizado será arquivos pessoais, devido ao objeto em questão.
2. “Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo, ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário”. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. p. 13.
3. DICTIONARY OF ARCHIVAL TERMINOLOGY 3. In: <http://www.staff.unimarburg.de/~mennehar/datiii/intro.htm>. Acesso em: 27/05/2009. Tradução do autor. Grifos nossos.
4. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 27.
5. DICTIONARY OF ARCHIVAL TERMINOLOGY 3. In: <http://www.staff.unimarburg.de/~mennehar/datiii/intro.htm>. Acesso em: 27/05/2009. Tradução do autor.
6. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, p. 34 e 35.
7. O *Manuel D'Archivistique*, publicado na França em 1970, traz alguns pontos interessantes acerca da compreensão da documentação privada. CHAMSON, A. *Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Ouvrage élaboré par l'association des archivistes Français. Paris: Imprimerie Nationale, 1970.
8. SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 269 e 270.
9. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 266.
10. Lafayette Cortes (1888-1946) fundou em 1916 o Instituto Lafayette, que viria a integrar a Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
11. Augusto de Lima Júnior (1889-1970) foi advogado e funcionário da Marinha. Defensor do patrimônio, trouxe para o Brasil os restos mortais dos inconfidentes e colaborou no decreto de Getúlio Vargas que tornou Ouro Preto um monumento nacional.
12. Batista Caetano de Almeida Nogueira (1826-1882) foi historiador, dicionarista e linguista. Publicou diversas obras, entre elas *Apontamentos sobre o abañeenga* (1876) e *Vocabulário de palavras guaranis* (1880).

13. Affonso Romano de Sant'anna é escritor e dirigiu a Fundação Biblioteca Nacional entre 1990 e 1996.

14. Paracatu (25/2/1870) – Rio de Janeiro (1º/1/1943).

15. BELLOTTO. *Arquivos permanentes*.

16. BEAUCLAIR, Rodrigo Gonçalves; SAINT-WILLIAMS, R. .Diplomacia brasileira: um olhar sobre a Coleção Melo Franco. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 124, p. 183-192, 2004.

**Daniele Cavaliere Brando** é mestrandia em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação IBICT-MCT/UFF. Arquivista da Fundação Biblioteca Nacional e membro pleno da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.

**Ana Lúcia Merege** é mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRRJ-ECO e bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional, além de escritora e pesquisadora na área de leitura e literatura.